

BOLETIM 39

Brasília, 11 de janeiro de 2016

Mercado prevê mais inflação em 2016 e retração de quase 3% no PIB

Na primeira pesquisa realizada pelo Banco Central em 2016, os economistas do mercado financeiro pioraram suas estimativas para a inflação e para o "encolhimento" da economia brasileira. Após a inflação somar 10,67% no ano passado, a maior em 13 anos, a previsão dos analistas dos bancos é de que ela seja de 6,93% em 2016 – também acima do teto de 6,5% do sistema de metas de inflação.

Na última semana de dezembro, o mercado estimava um IPCA (o índice oficial da inflação) de 6,87% para este ano.

O levantamento divulgado nesta segunda-feira (11) foi feito pelo BC com mais de 100 instituições financeiras na semana passada e deu origem ao relatório conhecido como Focus.

Para 2017, a previsão do mercado continuou estável em 5,2%.

Na semana passada, em carta aberta enviada ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, por conta do descumprimento da meta de inflação de 2015, o Banco Central informou que buscará "circunscrever" o IPCA aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 2016 (abaixo de 6,5%) e, também, fazer convergir a inflação para a meta de 4,5%, em 2017.



Produto Interno Bruto

Para o PIB de 2016, o mercado financeiro passou a prever uma contração de 2,99%, contra a estimativa anterior de queda de 2,95%. Esta foi a 14ª queda seguida na previsão do mercado para o PIB do próximo ano.

Como o mercado segue estimando "encolhimento" do PIB em 2015 (-3,73%, a maior em 25 anos). Se a previsão se concretizar, será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia – a série histórica oficial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem início em 1948.

Para o comportamento do nível de atividade em 2017, os economistas das instituições financeiras baixaram a previsão de crescimento de 1% para 0,86% na semana passada.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira. No mês passado, a "prévia" do PIB do BC indicou uma contração de 3,38% até setembro.



Taxa de juros

Após o Banco Central ter mantido os juros estáveis em 14,25% no fim de novembro, o maior patamar em nove anos, o mercado manteve a estimativa de que os juros voltarão a subir na próxima semana, quando se reúne o Comitê de Política Monetária (Copom), para 14,75% ao ano.

Para o fim de 2016, a estimativa permaneceu em 15,25% ao ano – o que pressupõe novos aumentos dos juros básicos da economia no decorrer do ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2016 ficou inalterada em US\$ 35 bilhões de resultado positivo. Para o próximo ano, a previsão de superávit permaneceu também em US\$ 35 bilhões.

Para 2016, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil ficou inalterada em US\$ 55 bilhões e, para 2017, a estimativa dos analistas permaneceu em US\$ 60 bilhões.

Fonte: Portal G1

Cesta básica ficou mais cara em todas as capitais em 2015

A cesta básica ficou mais cara em todas as capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese) em 2015. A maior alta foi registrada em Salvador, onde o conjunto básico dos alimentos subiu 23,67% no período – mais do dobro da inflação oficial divulgada nesta sexta-feira, de 10,67%.

Mas não foi só a capital baiana que registrou alta acentuada na cesta básica. Em todos os 18 locais pesquisados, os preços subiram acima da inflação do ano passado – as menores variações foram vistas em Manaus, de 11,41%, e Goiânia, de 11,51%.

A cesta mais cara, no entanto, é a de Porto Alegre, a um custo de R\$ 418,82, seguida pela de São Paulo (R\$ 412,12). As mais baratas, por outro lado, são as de Acacaju, a R\$ 296,82, e Natal, a R\$ 309,92.



Câmbio, balança e investimentos

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2016 subiu de R\$ 4,21 para R\$ 4,25. Para o fechamento de 2017, a previsão dos economistas para o dólar subiu de R\$ 4,20 para R\$ 4,23.



Produtos

Entre os itens pesquisados, sete ficaram mais caros em todas as capitais: carne bovina, tomate, pão francês, café em pó, açúcar, óleo de soja e batata. Já o valor do arroz, do leite e da manteiga subiu em 17 locais.

No caso da carne, a alta variou de 8,48% em João Pessoa a 23,57% em Aracaju, puxada pela estiagem do início do ano e a alta das exportações. Já a alta do tomate variou entre 10,59% em Goiânia e 88,24% em Salvador. Já o pão francês ficou entre 3,08% (Goiânia) e 25,03% (Campo Grande) mais caro.

O preço do arroz só não subiu em Manaus, onde houve queda de 2,7% no preço, enquanto o leite in natura ficou mais barato apenas em Recife (-0,24%).

Tempo de trabalho

De acordo com o Dieese, o trabalhador que ganha salário mínimo precisou trabalhar 101 horas e 11 minutos para comprar a cesta básica em dezembro, na média das capitais. Em dezembro de 2014, a jornada exigida foi menor, já que naquele mês foram necessárias 93 horas e 39 minutos.

Fonte: Portal G1

Governo quer nova reforma previdenciária

Deputados governistas aguardam o envio de nova proposta de reforma da Previdência. Em café da manhã com jornalistas, nesta quinta-feira (7), a presidente Dilma Rousseff afirmou que o governo vai "encarar" a reforma. Ela não deu detalhes da proposta que pretende enviar ao

Congresso, mas adiantou que levará o tema ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Fórum de Trabalho e Previdência, que tem representantes dos trabalhadores, dos empresários, do governo e do Congresso.

Líder do PMDB e aliado de Dilma, o deputado Leonardo Picciani (RJ) afirmou que a reforma é um tema controverso, mas necessário diante das dificuldades de União, estados e municípios cumprirem os compromissos previdenciários.

"Eu creio que o governo faz bem em mandar esse tema e tenho certeza de que o Congresso vai poder aperfeiçoá-lo, no debate interno da Casa e no debate com a sociedade. O País vive um momento de solução de problemas estruturais, e a Previdência é um deles", disse Picciani. "A Previdência é hoje o maior custo da União e, em muitos estados, é um dos grandes fatores de desequilíbrio fiscal."

Idade mínima

Nesta quinta-feira, Dilma deu a entender que a base da proposta poderá ser a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, sem, no entanto, mexer em direitos adquiridos. A presidente lembrou que, nas últimas décadas, a expectativa de vida do brasileiro aumentou em torno de 4,6 anos – hoje é de pouco mais de 75 anos, enquanto a atual média de idade de aposentadoria no País é de 55 anos.

"O Brasil vai ter que encarar a questão da Previdência. E há várias formas. Os países desenvolvidos buscaram aumentar a idade mínima para acessar a aposentadoria. Tem outro caminho também: o 85/95 móvel e progressivo [fórmula para cálculo de aposentadoria], que resultará na mesma convergência. Nos dois casos,



uma coisa vai ter de ser considerada: não se pode afetar direitos adquiridos", disse a presidente.

Fonte: Agência Câmara

Aposentados que ganham acima do mínimo terão reajuste de 11,28%

Aposentados e pensionistas do INSS que recebem benefícios com valor acima de um salário mínimo, de R\$ 880, terão seus benefícios reajustados em 11,28% em 2016, segundo portaria dos ministérios da Fazenda e da Previdência Social publicada no "Diário Oficial da União" desta segunda-feira (11).

O valor refere-se à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano passado, divulgado na sexta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que serve de referência para a correção dos benefícios previdenciários. Com isso, o teto da Previdência Social para 2016 fica em R\$ 5.189,82. No ano passado, o reajuste dos benefícios havia sido de 6,23%.

Os benefícios acima do mínimo não tiveram reajuste real neste ano, ou seja, acima do INPC de 2015.

Já para quem ganha o benefício equivalente a um salário mínimo o reajuste foi um pouco maior, de 11,6%, que é o percentual de aumento do salário mínimo neste ano (R\$ 880).

Veja o percentual de reajuste nos benefícios concedidos de acordo com as respectivas datas de início, a partir de janeiro de 2016:

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO E REAJUSTE (%)

Até janeiro de 2015: 11,28%
Em fevereiro de 2015: 9,65%
Em março de 2015: 8,4%
Em abril de 2015: 6,78%
Em maio de 2015: 6,03%
Em junho de 2015: 4,99%
Em julho de 2015: 4,19%
Em agosto de 2015: 3,59%
Em setembro de 2015: 3,33%
Em outubro de 2015: 2,81%
Em novembro de 2015: 2,02%
Em dezembro de 2015: 0,9%

Domésticas

A portaria publicada nesta segunda-feira também estabelece as novas faixas dos salários dos trabalhadores domésticos para definição da alíquota de contribuição ao INSS.

Para trabalhadores com salário até R\$ 1.556,94, a alíquota é de 8%. Para quem ganha entre 1.556,95 e R\$ 2.594,92, é de 9%, e para quem ganha entre R\$ 2.594,93 e R\$ 5.189,82, de 11%.

Fonte: Portal G1

Em dezembro de 2015, o IGP-DI ficou em 0,44%, taxa menor que a observada em novembro do mesmo ano (1,19%), mas superior à registrada em dezembro do ano anterior (0,38%). O IGP-DI é calculado com base em preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

Fonte: Agência Brasil



Inflação medida pelo IGP-DI fecha 2015 em 10,7%

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) fechou 2015 com uma taxa de 10,7%. O índice é superior aos 3,78% registrados em 2014, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV).

A maior alta de preços foi observada no atacado, analisado pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que encerrou 2015 com uma taxa de 11,31%. Em 2014, a inflação deste subíndice ficou em apenas 2,15%.

Já os preços no varejo, medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), tiveram alta de 10,53% em 2015, taxa superior aos 6,87% observados no ano anterior.

O subíndice com menor taxa de inflação foi o Índice Nacional de Custo da Construção, com 7,48%, variação próxima à registrada em 2014 (6,95%).

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)